

A EVASÃO NOS CURSOS SUPERIORES DO IFPE NA ÁREA METROPOLITANA DA CIDADE DO RECIFE: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

EVASION FROM IFPE HIGHER COURSES IN THE METROPOLITAN AREA OF THE CITY OF RECIFE: CAUSES AND CONSEQUENCES

Isaque Semeão Prazeres¹

Daniel de Oliveira Quaresma²

Resumo: Esta pesquisa discute um tema relevante no âmbito educacional: o fenômeno da evasão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, nos Campi Recife, Igarassu e Ipojuca. Os cursos sob análise foram os superiores que tiveram início em 2015 e conclusão no primeiro semestre de 2019. Sendo este o recorte temporal leva em consideração a finalização de um período de crescimento dessas instituições no Brasil como um todo, bem como o início de uma fase bastante desafiadora. O objetivo geral do estudo foi de investigar as causas e consequências da evasão nos cursos superiores do IFPE na área metropolitana da cidade do Recife. A metodologia aplicada tratou-se

1 Graduação em Processos Gerenciais pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER, Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica – PUC – Rio de Janeiro, doutorando Stricto Sensu em Educação em Ciências da Educação e Multidisciplinaridade na Área de Educação, pela Naturalis Educação Superior

2 Graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Fundação de Ensino Superior de Olinda FUNESO/UNESF (1987); Pós - graduado (Lato Sensu) O Ensino da Geografia com Ênfase na Questão Ambiental, pela Fundação de Ensino Superior de Olinda FUNESO/UNESF (2005). Mestre em Educação (stricto sensu), pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC - RIO (2017); (stricto sensu), Doutor em Educação, pela VENI CREATOR CHRISTIAN UNIVERSITY - FLORIDA U.S.A. (2021) ; Computação e Tecnologia da Informação TI. Núcleo de Informática e Computação (NIC) Universidade Católica de Pernambuco. UNICAP;(1983), Fiz parte da equipe multidisciplinar (bolsista) da ESCOLA ABERTA DO BRASIL E- TEC BRASIL. Sou Servidor Público Federal IFPE, desde 1982 exerci a função de Assessor e Diretor Substituto, da Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento de Tecnologia DADT/ IFPE (2020 - 2023); Atualmente Assessor da Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI / REITORIA - IFPE (2023).

de dois momentos, sendo o primeiro uma revisão bibliográfica transversal de caráter quantitativo e retrospectivo. Para o segundo momento, utilizando-se de questionário e entrevista estruturada, quanto à natureza, compreendemos que esta investigação é aplicada, sendo compreendida como estudo de caso, sendo abordagem utilizada foi a qualitativa, onde os mesmos abordaram as causas e consequências da evasão nos cursos superiores na área metropolitana da cidade do Recife. O público investigado foi composto por discentes (203) e educadores (27), dos 10 cursos superiores do IFPE, nos Campi citados. E, por fim, constata-se que, diante das análises detalhadas dos problemas da evasão escolar. Para que haja uma possível reintegração, tanto por parte dos educadores como dos discentes, gerir bem os recursos de uma instituição de ensino é fundamental para otimizar o aprendizado dos alunos.

Palavras-Chave: Evasão. Ensino Superior. Causas e Consequências. Recife.

Abstract: This research discusses a relevant topic in the educational field: the phenomenon of dropout at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Pernambuco, in Campi Recife, Igarassu and Ipojuca. The courses under analysis were the superior ones that started in 2015 and concluded in the first semester of 2019. This being the time frame takes into account the end of a period of growth of these institutions in Brazil as a whole, as well as the beginning of a phase quite challenging. The general objective of the study was to investigate the causes and consequences of dropout in higher education courses at IFPE in the metropolitan area of the city of Recife. The methodology applied was two moments, the first being a cross-sectional bibliographic review of quantitative and retrospective character. For the second moment, using a questionnaire and structured interview, as to the nature, we understand that this investigation is applied, being understood as a case study, and the qualitative approach used, where they addressed the causes and consequences of evasion in the higher education in the metropolitan area of the city of Recife. The investigated public was composed of students (203) and educators (27), from the 10 higher education courses at IFPE, in the Campi mentioned. And, finally, it appears that, given the detailed analysis of the problems of school dropout. For there to be

a possible reintegration, both on the part of educators and students, managing the resources of a teaching institution well is essential to optimize the students' learning.

Keywords: Evasion. Higher education. Causes and consequences. Recife.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou ter como conceito central abarcado nas causas e consequências da evasão nos cursos superiores do IFPE na área metropolitana da cidade do Recife, desenvolvido a partir do fenômeno evasão tem sido objeto de pesquisas de grandes estudiosos, e das, mais diversificadas produções como teses de doutorados, dissertações de mestrados e artigos de especializações, entre outras produções similares. No entanto é de suma importância identificar nestes trabalhos a diferença entre a evasão do curso, mas não da instituição (quando há uma troca de curso ou de modalidade de curso que não existe de onde o aluno se evadiu) e, em outro ponto, está o abandono do sistema educacional, como um todo, sem intenção de retorno. Uma política pública para inserção profissional, e com base no referencial bibliográfico atrelado as inferências realizadas com a coleta de dados em campo, nas entrevistas semiestruturadas pudemos perceber que as categorias que emergiram traduzem de forma clara os efeitos da evasão escolar do ensino superior, bem como, a realidade vivenciada pelos alunos do IFPE, no qual, repassa-nos o antes, durante e depois da evasão escolar.

Dentro dessas perspectivas, os países de primeiro mundo têm sido atingidos pelo fenômeno da evasão escolar tanto quanto ou de igual modo que os países emergentes, o que há décadas tem sido objeto de constantes discussões em países considerados desenvolvidos.

No intuito de institucionalizar o tema, até por que uma discricção para se debater a existência da questão, porém a necessidade de deixar claro e ver com antecedência as questões do fenômeno para orientar com conhecimento de ambas as situações daqueles que insistem em busca dos seus propósitos e dos que se evadem.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Os Comitês Pedagógicos e Comunitários existem no intuito da construção do Projeto Político Pedagógico, visando criar as bases e prioridades para a definição dos mecanismos educacionais voltados para as melhorias sociais.

Para a concretização do processo democrático na escola é fundamental não se restringir esta questão à eleição de diretor, em função de que ele é apenas um dos componentes do processo educacional, devendo atuar como um líder, ouvindo e respeitando o conjunto de fatores pertinentes ao funcionamento da escola.

O diretor deve ser capacitado para atuar na área, possuindo ideias e posturas abertas, motivando os envolvidos para atingir a principal meta da escola, que é a formação pedagógica dos educandos. Ele deve dirigir toda sua equipe constituída por técnicos, professores, alunos e funcionários; podendo ainda envolver os pais e indivíduos da sociedade como um todo, para concretizar a transformação escolar que incide sobre a redução dos índices de evasão, repetência, analfabetismo, defasagem idade/série, entre tantas outras mazelas vigentes na educação.

A ideologia é um conjunto de crenças e valores que, aos poucos, vão se tornando virtudes, princípios de comportamento social, são preceitos que passam de geração a geração tradicionalmente.

Democracia é governo do povo. A democracia escolar é algo de grande importância e requinte no debate educacional nos dias de hoje, tanto para o ensino médio, fundamental, quanto para o superior, enfim, todos que se acham envolvidos no processo educacional, instituições ou associações que congregam profissionais da área.

Aos olhos da Lei de Diretrizes e Bases da Escola Nacionais, este ponto que norteia, de certa forma suas bases, foi exaustivamente discutido de forma ampla: a democratização escolar teve sua natureza, seu alcance, seus caminhos para a escola, todos esses elementos debatidos.

Visto que o processo “educacional” ficou durante muito tempo, centralizado nas mãos de

poucos, uma minoria aristocrática.

É verdade que, com o passar dos anos, pouca coisa mudou, mas há, por parte dos órgãos governamentais, assim como de outros órgãos como ONG's e da comunidade em geral, privada e/ou pública uma participação efetiva, mudando a cara do Brasil que aos poucos vai aprendendo a mudar a posição e a valorizar a educação como base para a vida, e, aprendendo a redimensionar sua atitude diante do ato de sistematizar o SABER.

No entanto, com muita frequência o tema é deformado e distorcido pelos princípios políticos-ideológicos que sustentam os argumentos, principalmente porque às vezes o tema se restringe aos interesses políticos. Outras vezes passa pelo crivo da abrangência tão universal que tende a se transformar numa utopia ou mesmo a ter sua realização transformada num projeto inviável.

A educação é constitucionalmente garantida não apenas como um direito, mas como uma obrigação. Toda criança deve, necessariamente, estar matriculada e frequentando regularmente uma escola. A questão que se coloca é: que educação é essa que a criança está recebendo? Como vimos, existe uma concepção hegemônica educacional, que visa à integração dos indivíduos na sociedade em que vivemos, visando à sua manutenção e reprodução.

Segundo Saviani (2007) também nos aponta diversas concepções filosóficas que fundamentaram propostas educacionais. Aprimorando a concepção anteriormente desenvolvida, outras, questionando alguns elementos, mas não os “objetivos políticos” implícitos em sua essência; porém, outras propostas são formuladas questionando profundamente não apenas a pedagogia, mas a própria estrutura escolar capitalista. Uma conclusão, ainda elementar, que chegamos dessa análise, é a de que a universalização do acesso à escola não significa, necessariamente, universalização da educação, porque esta não é universal.

Sumariamente podemos dizer que os critérios empregados para classificar uma pessoa como alfabetizada no Brasil, particularmente no que diz respeito a grupos de idades e níveis de habilidade ou competência em leitura e escrita, assim como as diferentes formas de coletar estatísticas que cada país adota, reduziram a precisão dos estudos comparativos sobre o analfabetismo no mundo. Apesar

disso, os dados disponíveis permitem a construção de uma espécie de mapa-múndi do analfabetismo razoavelmente representativo, cujas estimativas ou resultados de recenseamentos permitem comparações úteis com o caso brasileiro.

Haja vista que o analfabetismo no Brasil é histórico e não vai ser resolvido da noite para o dia, é preciso haver uma continuidade, um acompanhamento, para evitar o analfabetismo funcional.

No entanto, a escola formal possui vazios, embora seja necessária mesmo que fosse apenas para aprender no sentido da socialização de informações. O seu lugar e papel estão em crise numa sociedade que conhece cada dia mais outros espaços da socialização, outros expedientes de atingimento da criança, outras ambiências culturais e informativas. A influência da escola sobre as crianças é cada vez mais formal e neste sentido, vazia, pela artificialidade de sua organização distanciada da sociedade e concorrência com os meios de comunicação.

É necessário refazer projeto pedagógico, usando da interdisciplinaridade, pois a escola é o retrato da cidadania onde o professor é o especialista do saber. É essencial que, mesmo sendo um espaço formal, assuma posição mais visível e decisiva na sociedade na linha do conceito de pesquisa, de forma que se cumpra o compromisso original de motivar processos educativo/emancipatórios.

O papel da escola que hoje anda disperso por falta também da interdisciplinaridade, refletindo assim no rendimento escolar dos alunos, principalmente da rede pública e se estendendo pela sociedade na falta de capacitação na formação do sujeito, do cidadão e do profissional.

A rapidez das novas tecnologias, o avanço da ciência, as renovações das informações surgem e se tornam velhas com a mesma volatilidade e por isso o processo de informação terá que sofrer mudanças constantes, sendo substituídas por outras novas.

Na atual conjuntura não podemos deixar de destacar o papel do professor no processo ensino/aprendizagem, de modo que esse papel nos leva a refletir sobre quais seriam as qualidades e atribuições necessárias à pessoa que pretende se engajar neste processo e “facilitar” a aprendizagem, tornando-a algo agradável.

Para se entender o problema da evasão é necessário discutir as causas da mesma. Sabe-se que

a evasão tem sido um dos problemas e que continua a ser um desafio de educação brasileira. Conforme os dados demonstrativos do rendimento escolar, a evasão contribui muito para a diminuição do acompanhamento e desenvolvimento do processo e aprendizagem provocando a repetência escolar.

Segundo Sniders (2006, p 33) “a escola aparece aos alunos como um medicamento amargo que é preciso ser engolido por eles agora, para garantir mais tarde prazeres prometidos senão assegurados”.

Sabe-se que essa perspectiva válida para os alunos das classes mais favorecidas não surte efeito no da classe trabalhadora, onde o futuro é coisa distante e incerta, o que conta intensamente para eles é o presente, desprovido de sentido real, de alegria, de animação. Precisamos nos apoderar do provérbio inglês e trazê-lo para prática escolar “o objetivo é ser feliz, o momento para ser feliz é agora, o lugar para ser feliz é aqui”.

Para Lopes (2007) “a escola necessita da pedagogia que engloba os sentidos da vida, de movimento, de alegria, ligados à criação de ânimo à provocação de estímulos e ao ressurgir da esperança”.

A evasão “provavelmente” advém da pobreza, num contexto onde o capitalismo para as classes populares, não é nada mais do que a venda de sua força de trabalho por escassos recursos que apenas ajudam a sua subsistência. O capitalismo tentou proteger a elite no seu maior objetivo que é o acúmulo de capitais, vindo a seguir a especulação do trabalho, tendo em vista a necessidade de mão-de-obra barata, pois o trabalhador, nas cidades ou no campo, com pouco “poder de fogo”, e preocupado com a sobrevivência, não teve tempo para pensar em organização, através de sindicatos ou ligas camponesas.

Diante da evasão escolar: problemas e consequências, nos últimos anos, assiste-se a um esforço no país inteiro voltado para a melhoria da qualidade da educação pública. Quando se fala em esforço, há que se ressaltar que isso não significa, necessariamente, que o esforço tenha alcançado bons resultados. Mas há um movimento claro nessa direção. Uma das formas pela qual esse esforço nacional tem se expressado é a discussão da repetência e da evasão escolar, uma vez que há algum

tempo, esses temas não constituíam questões a serem discutidas. Não eram questões a serem pensadas nem do ponto de vista institucional nem do político. A repetência era explicada como fruto da incapacidade dos alunos, ou de suas famílias em obter um desempenho escolar minimamente aceitável.

A ocorrência de evasão nas instituições de ensino brasileiras há muitos anos é alvo de denúncias, no entanto ainda existe a necessidade de discussões e análises acerca da problemática. Para Diniz e Tomazello (2005, p. 24) o grande problema da educação é “voltar a ser uma educação comunitária, recuperando a dimensão coletiva da prática da responsabilidade compartilhada”. A educação na sua forma mais primitiva era a ação de todos juntos, deixando claro que atualmente, o espírito e a inspiração podem e devem ser os mesmos, como no início da ação educativa, tornando-se necessário discutir publicamente.

A evasão no ensino superior é de fato uma realidade preocupante e cabe-nos indagar: de quem é a responsabilidade? Será esta dos alunos que optam por um determinado curso e, sabendo das implicações de sua escolha - em especial no tocante a ele ter conseguido a vaga e outro não - deveria valorizar esta oportunidade? Ou será dos professores, que devem assumir a responsabilidade pela qualidade e eficácia na ministração dos conteúdos, a fim da operacionalização dos conhecimentos? Poderá ser da gestão escolar, como um todo, principalmente, buscando meios para sanar as deficiências docentes, estruturais, dentre outras?

Seria do Governo Federal, no tocante aos Institutos, cuja política de financiamento educacional é abaixo do adequado bem como o incremento da Política de Assistência Estudantil - ainda minados pela corrupção? Ou, por fim, da sociedade em geral, que não reivindica, assertivamente, os direitos consolidados na Carta Magna de 1988? São perguntas de difícil resposta de forma simples.

De um modo geral, os brasileiros e, em especial aqueles vinculados aos espaços educativos, devem estar atentos às políticas de minimização desta frustrante realidade. Assim, evita-se contribuir para a evasão. Infelizmente, é preciso constatar que parte dos educadores, aqueles descomprometidos em erradicar tal problema, influencia negativamente o processo, impedindo os avanços tão necessários à nossa sociedade.

Os projetos que visam apresentar as possíveis causas que podem contribuir com processos de minimização da evasão devem ser construídos de forma democrática e participativa, sabendo-se que os mesmos servirão para identificar, de forma contundente, as possíveis causas das evasões escolares, pois é com este objetivo maior que se constrói este trabalho, o despertar de toda sociedade para suas responsabilidades quanto às causas e consequências da evasão escolar.

A abrangência do fenômeno da evasão não se limita aos estados mais pobres, ou aos menos numerosos, ou aos que estão na região nordeste do país, onde acredita-se ainda haver números considerados de analfabetos. A evasão, no entanto, é confirmada em outros lugares que mesmo com sua situação financeira confortável, são vitimados pelos prejuízos causados pelos atos de abandono das salas de aula das Universidades. “No caso da Universidade de Brasília, os danos financeiros causados pela evasão, em 2015, ocasionaram um prejuízo estimado em 95,6 milhões de reais” (PINHEIRO e DA FONSECA, 2015, p. 11).

A priori, os cálculos que vem sendo aplicados para efeito de resultados do índice de evasão, incluem todos os não matriculados do curso no semestre seguinte. No entanto, é importante destacar que os discentes que por motivo de trabalho desistem de um curso e migram para outra instituição ou para outros cursos, como não os contabilizar no percentual de evadidos? “Esses exemplos, mesmo pontuais, servem de amostra para um fenômeno que vem ocorrendo em diferentes outras instituições de ensino superior do país, considerando a abrangência do fenômeno” (FIALHO; PRESTES, 2013, p. 873).

A educação superior de modo geral, tem sofrido constantes impactos sociais com o drama da evasão, questão ainda não resolvida nas universidades pública e privadas, o que exige ações urgentes, pois a necessidade de mão de obra qualificadas no mercado exige, e precisa ser ocupada por profissionais altamente qualificados, o que justifica o crescente número de profissionais que buscam melhor capacitação em cursos superiores e pós-graduações.

A indisponibilidade de tempo dos estudantes que trabalham é um dos fatores nocivos a continuidade dos mesmos no seu curso superior, por incluírem - se na maioria dos trabalhadores que em

uma baixa faixa salarial, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia tem por renda perca pita pouco, mas que um salário mínimo, e sua segunda ocupação ser prioridade para sua sobrevivência, além das exigências de muitos cursos que ocupam dois expedientes, induzindo assim, ao estudante evadir-se das salas de aula.

Resultados obtidos

A ação de evadir-se dos discentes em cursos superiores traz prejuízos irreparáveis. No tocante às instituições públicas as implicações são diretas (no erário público) e, conseqüentemente, indiretas (ou seja, diminui as opções dos que deixaram de ingressar e concluir, ocupando a vaga que está em aberto).

Quando uma lacuna é apresentada num curso superior, por evasão, a mesma só poderá ser identificada, no mínimo, no semestre seguinte, implicando em um ano inteiro de vacância. Lobo e Silva Filho (2017, p. 33), afirmam: “[...] a evasão significativa se dá no primeiro ano do curso somente, caindo daí para frente drasticamente.” Tal constatação nos leva a sugerir que as ações de combate ao problema devem ser implementadas antes do início das aulas, ou seja, ainda na preparação dos alunos ingressantes. Supomos que, dessa forma, seria possível diminuir parte desse cenário.

No entanto, como veremos ainda nesse trabalho, nem sempre as ações são inexistentes, em alguns casos elas se tornam ineficientes ou, de algum modo, insuficientes às demandas apresentadas pelos sujeitos pesquisados.

Diante do exposto, observa-se dentro de uma ótica simplista parece algo a se elogiar. No entanto, traz prejuízos a vários estudantes que tem como objetivo adentrar na instituição para tornar-se um técnico, atendendo aos anseios da indústria, do comércio e da agricultura, o que não é passível, que apesar dos esforços para obter êxito em seu projeto de conclusão dos seus cursos técnicos, frustra-se de não o obter.

Esta realidade traz frustrações não só ao aluno, mas também aos seus familiares que muitas

vezes apostam no êxito de seus filhos netos e outros, para concretização de realização pessoal, ou mesmo por acreditar na importância de se obter uma profissão, um ofício para garantia da sua própria sobrevivência, deixando de depender de seus pais ou familiares, o que faz parte da natureza humana.

Com a presença da maioria dos alunos oriundos dos cursos superiores, em vias de conclusão, das Universidades Federal e Rural de Pernambuco, dos cursos de engenharia elétrica e civil, como também de telecomunicações, dentre outros, era quase impossível o acompanhamento por parte dos alunos oriundos das escolas da rede pública e privada do ensino médio, concluírem seus cursos técnicos.

Estas ocupações não aconteciam por acaso. Havia orientação dos próprios professores para que os seus alunos buscassem as práticas de seus cursos superiores nos cursos especiais da antiga ETFPE, o que levava os professores a elevarem o nível das aulas. Porém, em detrimento, os alunos oriundos do curso do ensino médio, para os quais se destinavam as vagas, terminavam penalizados.

Desta forma, é possível imaginar os alunos dos cursos superiores das referidas engenharias, disputando as vagas de estágios com os técnicos que permaneceram até o final do curso. Esta realidade, que permeia até os dias de hoje, tem induzido muitos alunos a evadirem-se dos seus cursos, sem que tenhamos conhecimento de que alguma política tenha sido efetivada para inibir esta prática de ocupação tão desleal.

É difícil combater a evasão em determinada instituição, quando se desconhece as causas que levaram os alunos a desistirem de seus cursos. Precisa-se de uma análise do curso ou da instituição onde está acontecendo a evasão e procurar até mesmo esses alunos que abandonaram os cursos para saber os fatores que contribuíram para a desistência.

Foi observando os alunos dos cursos superiores do IFPE – Campus Recife e as evasões ocorridas nesta instituição. Que por sua vez, busca-se a compreensão dos fatores que mais contribuem para a evasão escolar. Assim sendo, se o fenômeno difere da capital para o seu entorno, se as questões estruturais e financeiras de fato impactam e como os discentes que ficam, e também os demais envolvidos no processo educativo - assimilam a questão.

Um dos principais motivos para evasão, apontada pelas instituições públicas e privadas e pelos discentes, é a falta de recursos financeiros. Mas, sabe-se que esse não é o único motivo para que os estudantes não prossigam com os estudos. Diversos estudos apontam questões de ordem acadêmica, como por exemplo, as expectativas em relação ao curso, a integração com os outros estudantes e até mesmo com a própria instituição de ensino e os discentes, terminam abandonando o curso achando que não vale a pena o sacrifício diante de tal situação (SILVA FILHO et al, 2007).

De acordo com Lopes (2007), em pesquisa realizada com alunos que evadiram nos cursos, os maiores problemas estão relacionados à falta de tempo e dinheiro. O aluno acredita que o custo benefício do “sacrifício” para obter um diploma superior na carreira escolhida não vale mais a pena. Entretanto, ressalta ainda que as causas da evasão em Curso Superior e a falta de tempo e disposição no fim da jornada de trabalho para conciliar os estudos foram as principais causas da evasão dos alunos no curso.

A existência da evasão é fácil de ser detectada e, de certo modo, torna evidente a fragilidade do sistema educacional no aspecto estrutural, gerencial e pedagógico, mostrando que o êxito do processo de ensino-aprendizagem requer, indiscutivelmente, o constante diálogo entre os setores pedagógico e administrativo das instituições de ensino.

O “Plano estratégico de ações de permanência e êxito” do IFPE, referente à evasão nos cursos superiores ministrados no Campus Recife, é um dos documentos que sustentam a hipótese de que as instituições têm buscado subsídios e ferramentas para combater a evasão.

Alguns resultados advindos das ações desenvolvidas no âmbito dos referidos Campi foram problematizados no decorrer deste trabalho, na percepção tanto dos discentes quanto dos educadores vinculados aos cursos investigados.

É importante lembrarmos que, desde o período colonial passando pelo Império e, inclusive nos anos iniciais da República, o investimento governamental em ensino era quase nulo. Já na transição do século XIX para o XX, as questões econômicas (fraca industrialização, ruralização acentuada), bem como as culturais (sempre importando “civilização” da Europa e Estados Unidos), as políti-

cas (instabilidade, alternância de poder) e as religiosas (catolicismo forte, tradicional) influenciaram o desenvolvimento da educação e da instrução no Brasil.

Torna-se necessário e imprescindível a qualificação profissional o que implicava, necessariamente, no aumento da alfabetização e da continuidade dos estudos para além do elementar.

A evasão “provavelmente” advém da pobreza, num contexto onde o capitalismo para as classes populares, não é nada mais do que a venda de sua força de trabalho por escassos recursos que apenas ajudam a sua subsistência. O capitalismo tentou proteger a elite no seu maior objetivo que é o acúmulo de capitais, vindo a seguir a especulação do trabalho, tendo em vista a necessidade de mão-de-obra barata, pois o trabalhador, nas cidades ou no campo, com pouco “poder de fogo”, e preocupado com a sobrevivência, não teve tempo para pensar em organização, através de sindicatos ou ligas camponesas. Não existe por parte dos governantes vontade política, objetivando a eliminação do analfabetismo, porque os governantes brasileiros, desde o descobrimento até os nossos dias, sempre estiveram afastados do seu dever que é garantir os instrumentos necessários para que a sociedade se desenvolva com solidariedade, sem discriminar grupos ou setores. Ao contrário, os grupos mais desfavorecidos sempre foram tratados como a última opção na estratificação social, surgindo como uma parte da sociedade que está sempre a procurar favores políticos dos mais ricos, comprometendo o resultado democrático, por exemplo, em uma consulta popular para a escolha de pessoas ao poder executivo ou legislativo.

ANÁLISES E DISCUSSÃO

A evasão afeta não somente as instituições de ensino público como também as privadas, trazendo desperdícios econômicos para tais instituições. No setor público traz prejuízos, pois todos os recursos investidos não têm o devido retorno quando um aluno se evade do curso. Já na instituição privada é uma perda de receita, pois quando o aluno se evade do curso, ele deixa de pagar a mensalidade.



É difícil combater a evasão em determinada instituição, quando se desconhece as causas que levaram os alunos a desistirem de seus cursos. Precisa-se de uma análise do curso ou da instituição onde está acontecendo a evasão e procurar até mesmo esses alunos que abandonaram os cursos para saber os fatores que contribuíram para a desistência.

Um dos principais motivos para evasão, apontada pelas instituições públicas e privadas e pelos discentes, é a falta de recursos financeiros. Mas, sabe-se que esse não é o único motivo para que os estudantes não prossigam com os estudos. Diversos estudos apontam questões de ordem acadêmica, como por exemplo, as expectativas em relação ao curso, a integração com os outros estudantes e até mesmo com a própria instituição de ensino e os discentes, terminam abandonando o curso achando que não vale a pena o sacrifício diante de tal situação.

Foi observando os alunos dos cursos superiores do IFPE – Campus Recife e as evasões ocorridas nesta instituição que surgiu o desejo de realização da pesquisa. Por sua vez, está buscou compreender os fatores que mais contribuem para a evasão escolar, se o fenômeno difere da capital para o seu entorno, se as questões estruturais e financeiras de fato impactam e como os discentes que ficam – e também os demais envolvidos no processo educativo.

Nesta pesquisa o foco se deu nos cursos superiores do Instituto Federal de Pernambuco, no Campus sede, em Recife, e na Região Metropolitana, campus de Igarassu e Ipojuca, compreendendo o período entre 2015.2 e 2019.1.

Foi a partir dos resultados obtidos pelo trabalho de conclusão da Especialização em Docência no Ensino Superior (onde foram entrevistados duas turmas do curso superior de Design Gráfico e os docentes do referido curso) e da Dissertação do Mestrado (discentes das turmas finais dos sete cursos superiores do Instituto Federal, Campus Recife) que nosso interesse na temática evasão se consolidou.

A pesquisa de levantamento foi realizada com a utilização dos questionários aplicados com os discentes e docentes. O formulário foi utilizado, também, para o registro de informações da pesquisa de campo. O bloco de notas foi usado para elaboração dos diários de campo. E, por fim, o uso da máquina fotográfica com o objetivo de registrar a presença das coletas de dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo ficou evidente que o sonho de boa parte dos Brasileiros, em especial na Região Nordeste, é, na realidade, ver seus filhos em uma faculdade progredindo e alcançando um patamar de destaque na sociedade, algo que eles mesmos não obtiveram. Este tem sido um dos motivos de organizarem suas vindas a cidades grandes na expectativa de estudo e trabalho que lhes garantisse um futuro promissor. Assim sendo, partem das cidades interioranas em busca do sonho tão desejado.

No entanto, a condição financeira da família leva aos alunos a buscarem uma ocupação remunerada. Nem sempre equivale a um estágio, o que seria mais adequado, a fim de desempenhar, temporariamente, a função na área correspondente ao curso que optou numa instituição de ensino superior.

Assim, a razão dessa preocupação é frequente que tais alunos submeter-se a serviços considerados subempregos, cuja remuneração e as condições de trabalho são precárias, uma vez que grande parte destes estudantes dependem ou de residências estudantis, ou precisam custear suas despesas na casa dos pais.

Nesse sentido, entende-se que a busca de sua própria sobrevivência para continuarem seus estudos, conciliando estudo e trabalho, nem sempre é possível e requer desafios constantes. No geral conciliar trabalho e estudo é algo mais comum para os Brasileiros do que pode parecer.

Neste mesmo viés, a classe trabalhadora no Brasil enfrenta constantes prejuízos uma vez que, seus direitos e conquistas estão sempre sendo negado ou mesmo escamoteado no intuito de obtenção dos grandes lucros, o que tem levado muitos trabalhadores a optarem pela clandestinidade ou mesmo a submissão ao desempenho de atividades não inerentes ao cargo para qual foi contratado.

Em contrapartida, estudantes estagiários submetem-se ao desempenho de atividades pesadas ou que exigem esforços físico e mental dificultando sua segunda jornada de trabalho, que é o estudo. Foi partindo desta realidade que a jornada de trabalho dos estagiários foi estabelecida em lei,

assegurando aos estudantes o direito de trabalhar numa jornada de quatro ou seis horas, a fim de não comprometer os estudos.

Entretanto, na atualidade, na perspectiva da gestão de suas atividades há que se entender a necessidade que o estagiário tem em desenvolver suas aptidões na área para qual optou como estagiário, e não como força produtora em sua jornada colaboradora de aprendiz em funções diferentes da sua. A atividade deve colaborar com o seu aprendizado na construção conjunta de prática e teoria sem que uma prejudique a outra.

Estudar e trabalhar exige dedicação. É, na realidade, um desafio que nem todos conseguem superar. Desta forma, cabe aos CIEE's Centro de Integração Escola Empresa das instituições de educação superior, a construção de contratos com empresas interessadas em receber no seu quadro de funcionários, estagiários que desejem conciliar trabalho e estudo, permitindo a ambos a regularização de uma cooperação mútua, empresa e estagiário.

Diante da essencialidade, o não planejamento dos seus horários de estudo e trabalho por parte dos estudantes de nível superior, poderá conduzi-los a prejuízos irreparáveis, uma vez que poderá deixar suas responsabilidades profissionais atropeladas e de igual modo o horário de estudos. O atropelo de ambas atividades tenderá para o profissional: não contrariar o empresário que o contratou para desempenho de suas atividades laborais.

Nos governos anteriores, até meados de 2016, houve um crescimento efetivo tanto das vagas, quanto da quantidade de unidades dos institutos em quase todo o país, mas, especialmente no Nordeste. Sem dúvida, não se tratou apenas de interesse governamental. A sociedade civil organizada, em momentos diversos, pleiteou a ampliação de vagas de diversas formas.

Uma das ações adotadas, no tocante ao Ensino Federal Público, foi o REUNI (Reestruturação e Ampliação das Universidades Federais). Tratou-se de um Programa de Apoio instituído pelo Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007, como parte integrante das metas, propostas pelo PNE (Plano Nacional de Educação), no tocante à ampliação da oferta de vagas no ensino superior.

Assim, os antigos CEFETS (Centros Federais de Educação Tecnológica) passaram a se a

compor a Rede Federal como Institutos Federais e, assim, ofertarem educação da básica à superior, passando pela profissional e tecnológica. A autonomia das instituições foi mantida.

Nesse sentido, deve-se lembrar outro aspecto relevante no processo, diz respeito a toda mobilização social gerada, desde a construção de tais edifícios, proporcionando trabalho a uma grande parte da população menos favorecida (em especial pedreiros e afins), bem como a todo grupo que passou a integrar os IF's, como trabalhadores - funcionários públicos, estagiários, monitores, limpeza e conservação, etc.

No tocante ao pessoal docente, há algo mais a se considerar. São profissionais bem qualificados e, quando efetivos, com Dedicção Exclusiva, o que permite uma maior integração e compromisso com as demandas geradas nas instituições, para além do ensino - a pesquisa e a extensão.

Uma das possibilidades é a de participação que se constitui elemento indispensável na construção da democracia. A participação consolida, ainda, espaço para estabelecer limites àqueles interesses historicamente dominantes, acelerando o processo de transformação social.

É importante reconhecer o caráter explícito da dimensão política do processo de participação, que exige gestão e execução de políticas públicas condizentes e requer a definição de pontos mínimos que orientem recortes, perspectivas e ações do poder público.

A aceitação de tal desafio parece ainda difícil na atualidade, tendo em vista a imagem predominante de poder público na sociedade brasileira cujo elemento saliente, calcado na história e no real recorrente, parece ser a de agente exclusivo de dominação e de exploração, revertendo necessariamente as suas propostas em favor das classes dominantes.

Em arremate, pode-se concluir que, é preciso buscar a interiorização dos Campi, a inclusão de grupos sociais preteridos durante muito tempo do acesso à educação, uma formação docente em exercício e contínua, além de sensibilizar os alunos para suas responsabilidades sociais – quer via pesquisa, para produção de conhecimento, quer via modificação da realidade social, por meio das ações de extensão.

E, por fim, não há apenas comemorações a se fazer, mas, também, críticas. Porém, é

importante pensar que a Rede Federal em funcionamento, em especial nos Campi de Recife e Região Metropolitana – Igarassu e Ipojuca, alvos dessa pesquisa – cresceu consideravelmente nos últimos anos. Afinal, um país se constrói a partir da educação do seu povo.

REFERÊNCIAS

DINIZ, Edna Maria; TOMAZELLO, Maria Guiomar Carneiro. A pedagogia da complexidade e o ensino de conteúdos atitudinais na educação ambiental. REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 15, 2005.

FIALHO, Marillia Duarte; PRESTES Emília Maria da Trindade. Análise das causas de evasão discente no ensino superior: um estudo de caso na Unopar. Gestão e Aprendizado. V.2,n,2. 2013.

LOBO, L. R. SILVA FILHO. Gestão universitária e seus desafios. Revista Trevisan (Ideias), n. 11, 2017.

LOPES, Marcelino de Sousa. Animador Sociocultural: Revista Iberoamericana vol.1, n.1., out.2006/ fev.2007.

PINHEIRO, José Milton Lopes; DA FONSECA, Elias Antonio Aalmeida. Avaliação, repetência e evasão escolar: um discurso sobre suas correlações. In: VI Congresso Internacional de Ensino de Matemática-2015. 2015.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. Cadernos de pesquisa, v. 37, n. 130, p. 99-134, 2007.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. A evasão no ensino superior brasileiro. Cadernos de pesquisa, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007.

SNIDERS, Kelly. Positive psychology: Let's get happy. Annals of the American psychotherapy Association, v. 9, n. 2, p. 34-36, 2006.